



[Digite texto]

Ensaio sobre imigração e associativismo português no Maranhão (1862-1917): o caso da Sociedade Humanitária 1º de Dezembro.

MARCELO VIEIRA MAGALHÃES*

Nesse texto pretendo discutir alguns aspectos do associativismo português no Brasil, considerando a realidade do estado do Maranhão. O recorte temporal é marcado inicialmente pela fundação da primeira sociedade beneficente no estado- que aceitava somente portugueses- a *Sociedade Beneficente 1 de Dezembro* e o final, pela inauguração da primeira manifestação associativa portuguesa que permitia a participação de nacionais no Maranhão, o club esportivo *Luso-brasileiro*.

A imigração portuguesa para o Maranhão não teve o mesmo esplendor quantitativo que assistimos no Rio de Janeiro, em Pernambuco ou no Pará, em termos numérico ocupou durante a segunda metade do século XIX e início do XX o sétimo lugar entre os estados que mais receberam portugueses no Brasil, porém, se compararmos seu efetivo com o segundo colocado, Pernambuco, em 1872, representaria menos da metade.

Sabemos que no início do século XIX, um pouco antes da independência do Brasil, em 1819, o Maranhão possui uma população de aproximadamente 200 mil habitantes, sendo 133.332 escravos (66,6%), segundo o Conselheiro Velloso de Oliveira (*A Igreja do Brasil*) (CENSO de 1920, 1920). Marcelo Galves (2010) por sua vez, calculou para os anos próximos da independência, entre os 30 mil habitantes de São Luís, 3.654 a população livre, branca, adulta e masculina. Não posso quantificar os portugueses entre estes, mas sabemos a partir dos viajantes Martius e Spix, que estiveram em São Luís no mesmo ano, que teria “relativamente muitos descendentes, sem mistura, de portugueses” (SPIX, 1981: 270).

Um censo realizado pelo consulado português em 1852 apontava 2.120 indivíduos na província. É bem possível que o número fosse maior, diante das dificuldades em se fazer um recenseamento em todo o estado, mesmo que o consulado contasse com diversos representantes no interior, como podemos perceber na correspondência com o MNE

(Ministério dos Negócios Estrangeiros) de Portugal. De qualquer maneira é a primeira referência a quantitativos¹.

O presidente da província Antonio Candido da Cruz Machado, muito preocupado com a contagem, aperfeiçoou os registros de nascimento e óbito no Maranhão e calculou para 1856 a população maranhense em 360.000 (CENSO, 1920), ou seja, o contingente português representaria 0,58% da população da província. Em 1872, segundo o primeiro censo geral do império, marcado pelo esforço de contar a população com o mínimo de erros e pautado em princípios científicos, os portugueses contabilizavam 2.166 indivíduos ou 0,60% da população, representariam ainda 41% dos estrangeiros na província, ficando atrás somente dos africanos (escravos e livres). Na capital, eles eram 64,7% dos estrangeiros e 4,86% entre a população livre. Se compararmos com a cidade do Rio de Janeiro, segundo Lená Menezes (2006), em 1872 os portugueses representavam 76,29% da população estrangeira e 24,74% da população livre. Comparando os números percebemos que a representatividade dos portugueses em relação aos estrangeiros no Maranhão era também elevada, por outro lado, em relação à população livre era pequena.

Em 1881, outro censo realizado pelo consulado a pedido da Sociedade Geográfica de Lisboa apontava 1.268 portugueses (PAXECO, 1919). Não é possível saber a população total do estado naquele ano, mas sabemos que em 1890 era de 430.248 habitantes. A relação com a população caiu drasticamente, pois esta aumentou seu efectivo entre 1872 e 1890, enquanto a dos portugueses diminuiu. O censo de 1890 permitiu saber somente que a soma de todos os estrangeiros era de 606, sendo que 465 viviam em São Luís². O número diminuto de estrangeiros está certamente relacionado com a grande naturalização de 1889, quando foram naturalizados compulsoriamente todos os estrangeiros residentes no império, salvo aqueles que declarassem formalmente a sua recusa, ainda que o cônsul português no Maranhão, Raimundo Capela, afirmasse no seu relatório de 1881 que os portugueses pouco se naturalizavam naqueles anos (PAXECO, 1919). Mendes (2011), por sua vez, referindo-se

*Professor Adjunto II UERN(Assú)/ Doutorando PIUDHist (ICS-UI).

¹ A informação vem agregada á tabela do censo de 1881, sem maiores informações, não apresentado perfil e nem notícias de como ou porque teria sido realizado (PAXECO,2008)

² O censo de 1890 não desagrega a população estrangeira por nacionalidade (SCOTT, 2001,p. 13).

especificamente a naturalização de 1889 no Brasil diz que apesar da possibilidade de recusar a naturalização, poucos portugueses fizeram isso.

Mas apesar dos números pouco significativos, quando comparados ao Rio de Janeiro, por exemplo, as marcas deixadas por esses imigrantes resistem ao tempo. Uma caminhada pelo antigo bairro da Praia Grande faz nos sentirmos no centro histórico de uma cidade portuguesa. Um dos pratos que decora a ceia da Semana Santa, mesmo dos menos abastados, é o bacalhau. Muitas partidas de futebol ainda são jogadas no velho estádio Nhozinho Santos, homenagem ao português que levou este desporto ao estado³.

No campo econômico, desde o fim do século XVIII, os portugueses se destacaram no comércio e mais tarde diversificaram seus investimentos, participando da criação de bancos, companhia de água e das fábricas que se instalaram no final do século XIX⁴. A sua inserção não se dava somente pelo viés econômico ou cultural, mas também pelo social. Viveiros (1992) registrou a participação de alguns na Associação Comercial do Maranhão desde sua fundação na década de 1878 e em 1918 fundaram a Câmara de Comércio Portuguesa no estado (PAXECO, 2008). Mas destacaríamos aqui as sociedades beneficentes e associações fundadas por eles⁵.

Pouco sabemos sobre o associativismo português no Maranhão, foi encontrado até o momento somente dois autores que basicamente apresentam números de associados. Esse não é um problema exclusivo da historiografia maranhense, pesquisa realizada em 2009 por Claudia Viscardi demonstra que havia uma “concentração de trabalhos sobre o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, seguidos de São Paulo e Minas Gerais. Em relação ao Nordeste, só há pesquisas sobre a Bahia” (VISCARDI, 2010, pp. 26). A autora demonstra que o interesse, especificamente sobre o mutualismo, é recente e data do início deste século. Chama a atenção para a necessidade de o tema ser explorado em outros estados evitando generalizações

³ Assim como o primeiro automóvel e a primeira vitrola.

⁴ Ainda não foi possível investigar, mas é muito provável que capital português estivesse por trás de empreendimentos em outros serviços, como o transporte fluvial e urbano, na segunda metade do século XIX

⁵ Até o momento foram encontradas a Sociedade Humanitária 1 de Dezembro, o Hospital Português, a Sociedade Patriótica, o Real Gabinete de Leitura, a Sociedade Beneficente Luso-Brasileira, o Centro Republicano Português, o Club Luso- Brasileiro e o Grêmio Lítero Recreativo Português, fundados entre os anos de 1853 e 1931

inaceitáveis criadas a partir de regiões específicas (VISCARDI, 2010). Mais recentemente a professora Ismênia Martins tem se dedicado ao tema.

As demonstrações de associativismo português no Brasil cedo começaram no Rio de Janeiro, em 1840 é fundada a *Real e Benemerita Sociedade Portuguesa de Beneficência*, a primeira em auxílio mútuo. No Rio Grande do Sul, em 1854 é criado o hospital da *Sociedade Portuguesa de Beneficência de Porto Alegre*⁶. Nas décadas seguintes outras surgem nos mesmos estados e em outras partes do país. No Pará, em 1877, na Bahia, em 1857, mas certamente o lugar onde mais o associativismo português se manifestou foi no Rio de Janeiro, até por ser o principal centro receptor desses imigrantes⁷.

A assistência aos que necessitavam, por sua vez, era em certa medida uma herança trazida de Portugal, as Misericórdias, fundadas por Dona Leonor, nascia com “a função mais assistencial do que terapêutica, ou seja, surge para proporcionar abrigo, proteção e morada ao enfermo, em vez de meios para a cura da própria doença” (CHAVES,?, pp. 8). No Brasil, foram fundadas inúmeras dessas casas, inclusive no Maranhão, datando de 1653 o hospital em São Luís (ALVIM; PIRES,?).

É possível que o esgotamento na capacidade de atendimento deste hospital e de outros em épocas de pestes, como se assistiu ao longo do século XIX e a falta recursos, como fica claro nos relatórios de presidente de província do Maranhão, possam ter estimulado os portugueses a se organizarem no sentido de assistir seus patrícios. Viscardi (2010), diz que essas associações de caráter mutualismo étnico no Brasil, tinha como seus objetivos, o de “prover socorros públicos aos estrangeiros que tivessem imigrado para o Brasil (função mais comum para a maioria das multais) e o de reforçar elos de identidade nacional entre seus membros” (VISCARDI, 2010: 34).

Para Fonseca (2009) o associativismo funciona como meio de solucionar dificuldades individuais ou coletivas, já que o Estado não provia serviços que atendessem a população em áreas, por exemplo, como a saúde, era ainda um mecanismo de proteção e reivindicação de direitos.

⁶ Certamente a Sociedade que dá origem ao hospital é criada antes, mas não tenho esse registro até o momento.

⁷ Ver Fonseca (2009). O autor lista 12 associações somente de auxílio mútuo, entre 1863 e 1908.

No Maranhão a *Sociedade Humanitária 1 de Dezembro*, fundada em 1862, atendia ou tinha como sócios grande parte dos portugueses que lá viviam, contava em 1881 com 699 sócios (Publicador Maranhense, 15-01-1881, n 11, ff 2), ou seja, 55,1% dos portugueses participavam da entidade. No relatório da entidade de 1912 esta acusava ainda, 539 membros. Não é possível saber com exatidão a população portuguesa do Maranhão nesse período, mas o cônsul português Fran Paxeco (2008) baseado num censo “defeituoso” que teria ocorrido em 1909 estima que entre os 660.000 habitantes do estado haveria 2.000 portugueses. O número parece exagerado se tivermos em conta que em 1881 eram 1.268 e em 1920 contabilizavam 606 indivíduos (Klein, 1989), além disso, tenho que considerar que o cônsul português, Fran Paxeco, já havia apresentado dados sem fundamentação, como fez no relatório enviado a sociedade Geográfica de Lisboa no início do século XX, quando respondia a um inquérito feito pela mesma.

De qualquer maneira a taxa de participação parece ter sido elevada, mesmo se compararmos á *Real e Benemérita Sociedade Sociedade Portuguesa de Beneficência*, a mais antiga sociedade de auxílio mútuo do Rio de Janeiro, fundada em 1840 e que tinha nos seus quadros em 1912 cerca de 30,12% do contingente português. Para Vitor Fonseca (2009) esse número era exagerado e só poderia ser explicado porque esta aceitava filhos de portugueses ou por manter em seus cadastros pessoas falecidas e que não haviam notificado a entidade. No caso da Maranhense isso pode ser colocado em dúvida, já que encontramos com facilidade listas de associados devedores e desligados por esse motivo, sugerindo que seu cadastro estava a maior parte do tempo atualizado.

A *Sociedade Beneficente 1º de Dezembro* foi responsável pela fundação do Hospital Português em 1867 na capital maranhense. Em relatório divulgado no ano de 1872 no jornal Publicador Maranhense, a entidade revelava o número dos assistidos, sendo que a maioria eram portugueses indigentes ou necessitados, corroborando assim com a afirmação de Viscardi (2010) quando comenta o perfil das sociedades mutualistas no Brasil: a “maior parte dos seus sócios era composta de trabalhadores simples e empobrecidos” (33).

Mas para além dessa função podemos dizer que o associativismo trazia efeitos positivos a nível macrossocial, mas também micro social. Viegas (2004), baseado em Van Deth (1997) diz que no “primeiro caso, pelo seu papel de intermediação social” propicia:

a integração sistemática entre o indivíduo e o estado ou entre os diferentes grupos do todo social. A nível micro social, as associações voluntárias desenvolvem competências específicas e redes sociais que, em conjunto, favorecem as condições para que indivíduos atinjam seus objetivos (VIEGAS, 2004: 33-34).

O associativismo pode ainda ser caracterizado por ter uma tendência mais de etinização ou mais de assimilação. Em relação ao primeiro Pires (2003) entende como:

O conjunto de processos de construção de uma identidade coletiva no confronto dos imigrantes com suas reacções á sua presença na sociedade de chegada, identidade essa baseada num sentido de pertença a uma colectividade com ascendência comum, precedendo, tendencialmente, outras auto e hetero-caegorizações sociais e, por isso, proporcionando um sentido de solidariedade que supera, em situações críticas, outras divisões sociais (PIRES apud CARREIRAS; MALAMUD,?:100).

Sobre o segundo, o mesmo autor o define como:

O processo de inclusão dos imigrantes no espaço identitário definidor da pertença á sociedade de chegada e, portanto, definidor também da possibilidade de participação alargada do imigrante nos quadros de interacção preexistentes (...) (PIRES apud CARREIRAS; MULAMAD,?, pp. 96)

Logo, essas associações tinham outra dimensão além de socorrer os patrícios e proporcionar lazer e acesso a cultura natal. Elas serviriam como elo com o Estado, mas também com a sociedade local, aproximando-os dos nacionais. Entendemos que quando a *Sociedade humanitária*, mesmo atendendo somente portugueses, abre suas festividades, atraindo autoridades locais e parte da sociedade ou possibilitando o acesso do público em geral ás suas instalações e ainda publicizando seus atos e contas nos periódicos locais, esperam passar uma mensagem positiva sobre si, é uma estratégia, faz parte de um projeto.

Nesse sentido, o papel das associações “simultaneamente funcionava na construção e no reforço de referenciais nacionais de Portugal, (...) mas também como veículo de *assimilação* dos imigrantes aos quadros culturais da sociedade receptora”. (CARREIRAS, Helena; MALAMUD, Andrés, ?, p.97).

Outra dimensão que talvez seja interessante observar é a relação dessas entidades com a política local. Tomo como exemplo o Sport Club Luso- Brasileiro, que no início da década de 1920 foi denunciado por um leitor e talvez sócio do clube por exibir um retrato do governador no seu salão principal e por promover uma passeata em homenagem ao primeiro ano de governo de Urbano Santos.

A insatisfação de sócios e os conflitos internos nessas entidades também devem ser observados, não havia necessariamente uma unanimidade entre os membros, como fica ilustrado em abril de 1874 quando um deles, indignado com a postura do falecido chefe do almoxarifado do Hospital Português, pede cuidado na escolha do novo ocupante do cargo e explicita as qualidades que este deve ter e que faltava ao falecido. A diretoria responde imediatamente no mesmo jornal tentando abafar o caso e pedindo para que esses assuntos fossem resolvidos internamente (PUBLICADOR MARANHENSE, 11-04-1872, p-02, n 09). Em setembro do mesmo ano, a *Sociedade* convoca reunião para eleger a comissão que reformularia o novo estatuto. A curta duração entre os dois primeiros estatutos pode estar relacionado com divergências internas, como sugere Fonseca (2009) ao estudar as sociedades beneficentes e de auxílio mútuo do Rio de Janeiro no início do século ou Viscardi (2010), quando realça os “conflitos ocorridos no seio das multais” (27).

Penso que é importante ainda destacar as outras associações organizadas pelos portugueses no Maranhão, demonstrando assim sua longevidade e campo de ação. Anterior a *Sociedade Beneficente* foi o *Gabinete Português de Leitura*, fundado em 1853, “com o fim de disseminar o gosto pela leitura, propiciando ao público bons livros de sua opulenta e variada biblioteca, além de patrióticas sessões cívicas e conferências ilustradas” (VIVEIROS, 1992, p.393). O *Gabinete* no ano de sua fundação havia emitido 95 ações, cinco anos depois já eram 187 associados. Sua biblioteca foi sem dúvidas se não a maior, uma delas, tinha em 1863, 8.634 volumes (VIVEIROS, 1992) e era aberta ao público em geral mediante pagamento módico. Outra instituição importante para os portugueses foi a *Sociedade Patriótica*, fundada

em 1869, que tinha o objetivo de instruir os seus patrícios que no Brasil chegavam com pouca ou nenhuma instrução, eram ministradas aulas de português e francês. A *Sociedade Patriótica*, em 1872, convocava a sociedade á participar da entrega de prendas aos 16 alunos formados naquele ano, de uma turma de 40, no curso noturno, como informa um jornal local. Outras existiram e desapareceram ainda no século XIX, como a *Sociedade Beneficente Luso-Brasileira* (1872), que era vinculada a Santa Casa da Misericórdia.

No século XX podemos citar o *Centro Republicano Português*, inaugurado em 1911 com 20 sócios e que dois anos depois contava com mais de 90 (PAXECO, 2008). Por último, o clube desportista, já mencionado, *Luso-Brasileiro*, fundado em 1917 e que permitia o ingresso de nacionais. O clube cresceu tanto que foi necessário formar duas equipas de futebol.

Nesse sentido, a fundação de *sociedades*, que possibilitavam uma aproximação com a sociedade local, pode ter contribuído para uma relação mais apaziguadora entre portugueses e maranhenses, mesmo quando se assistia em outras partes do país, como no Rio de Janeiro, a rivalidade e ataques em periódicos, assim como agressões físicas. No Maranhão, a relação teria sido mais amistosa a partir da segunda metade do século XIX, crescendo à proporção que diminuía sua participação no total da população, contribuindo para isso também sua concentração no ramo do comércio, deixando outras atividades quase que exclusivamente aos nacionais.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Aymoré de Castro; ALVIM, Moema de Castro; PIRES, Andréia Marques Silva (?), *A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e suas origens*. Disponível em: http://www.acadmedma.org/artigos/mostra_pub.php?id=8 (Acessado em: 12/06/2013)

CARREIRAS, Helena; MALAMUD, Andrés (?), *Associações Portuguesas, Integração Social e Identidades Coletivas: O Caso do Uruguai*. Disponível em: [.http://www.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Capitulo3portuguesesnoUruguai.pdf](http://www.eui.eu/Personal/Researchers/malamud/Capitulo3portuguesesnoUruguai.pdf) (Acessado em: 03/06/2013), (?)

CHAVES, Larissa Pátron (?). *As sociedades portuguesas de beneficência do Rio Grande do Sul- representações e alteridade.* Disponível em: <http://www.fee.tche.br/sitefee/download/jornadas/2/h1-04.pdf> (acessado em: 06/06/2013)

FONSECA, Vitor Marques da (2009). *Beneficência e auxílio mútuo no associativismo português: Rio de Janeiro, 1903-1920*, Revista Migrações, Lisboa, n-05, pp. 221-237, 2009.

KLEIN, Herbert S (1989). *A Integração Social e Econômica dos Imigrantes Portugueses no Brasil no Fim do Século XIX e no Século XX*, São Paulo: Revista Brasileira de Estudos de População, v. 06 n. 2.

MENDES, José Sacherra R (2011). *Laços de Sangue: privilégio e intolerância á imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp.

MENEZES, Lená de Medeiros (2006). *A presença portuguesa no Rio de Janeiro segundo os censos de 1872, 1890, 1906 e 1920: dos números ás trajetórias de vida*, Revista População e Sociedade, n. 14, pp. 103-120.

MORAIS, Nascimento (2000). *Vencidos e degenerados*, São Luís, SIOGE.

PAXECO, Fran (1923). *Geografia do Maranhão*, São Luís, Teixeira.

_____ (1919). *Portugal e o Maranhão*, São Luís, ?.

_____ (2008). *O Maranhão (subsídios Históricos e Corográficos)*, São Luís, AML, EDUEMA.

SPIX, Johann Baptist Von (1981). *Viagem ao Brasil 1817-1820*, v.02, São Paulo, EDUSP.

VIEGAS, José Manuel Leite (2004). *Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia*, Sociologia, Problemas e Práticas, n. 46, pp. 33-50.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro (2010). *O estudo do mutualismo: algumas considerações historiográficas e metodológicas*. Revista Mundos do Trabalho, n. 4, pp. 23-39.



VIVEIROS, Jerônimo (1992). *História do comércio do Maranhão*, São Luís, ACM.